

Férias para esfriar

CARMEN KOZAK E
JORGEMAR FELIX

BRASÍLIA — O adiamento do início da convocação extraordinária do Congresso do dia 18 de dezembro para 8 de janeiro não vai reduzir em um só centavo o extra de R\$ 16 mil que será pago a cada um dos 513 deputados e 81 senadores, embora esteja reduzido em 22 dias o período de trabalhos extras. É que esse adicional é pago por convocação no período de recesso legislativo, não importando a duração. Pelas regras legais, o parlamentar tem direito a receber mais um salário — R\$ 8 mil — no início e no final da convocação. A mudança da data da convocação foi sugerida pelos líderes governistas como uma maneira de esfriar a crise entre o Palácio do Planalto e a base governista.

Ontem, o Congresso Nacional entrou em férias sem conseguir votar a pauta já por falta de quórum. Estavam na pauta 45 créditos suplementares ao Orçamento de 96 que, agora, serão votados pela comissão representativa de 16 deputados e sete senadores que permanecerão em Brasília. A comissão será instalada oficialmente na terça-feira, pois a maioria dos deputados já deixou Brasília, e funcionará durante o recesso branco, que vai até o dia 8 de janeiro. "Venho na terça-feira e depois só ano que vem", disse o senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Críticas — Segundo líderes do governo no Congresso, o adiamento da convocação tem vários motivos: tentar baixar a poeira da crise da base parlamentar governista, esfriar os escândalos do Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia) e do dossiê da pasta cor-de-rosa, e fugir de prováveis desgastes à imagem do Congresso.

Se a convocação fosse feita a partir do dia 18 de dezembro, ela só teria efeito prático por uma semana. Os parlamentares haviam decidido que haveria um recesso branco de 22 de dezembro até 8 de janeiro.

"É uma maneira de fugirmos das possíveis críticas na fase do recesso branco. Vão dizer: 'Os parlamentares receberam e não estão trabalhando'", comentou o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). A articulação foi feita pelo presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), pelo líder do governo no Senado, Elcio Álvarez (PFL-ES), pelo líder do PMDB na Câmara, Michel Temer (SP), e pelo líder do PT na Câmara, Jacques Wagner (BA). O presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), preferiu aparentar neutralidade.

PT — Ontem, o deputado José Genoíno (PT-SP) fez duras críticas ao adiamento do período de convocação. "É um fechamento branco do Congresso para evitar que os assuntos que alimentam essa crise sejam discutidos e disfarçar a ausência do presidente da República", afirmou Genoíno.

O deputado petista vai protestar, instalando um plantão em seu gabinete a partir da terça-feira da semana que vem. "O governo e seus líderes no Congresso querem dar férias aos meninos bem comportados, que aprovaram tudo o que quiseram e como quiseram? Eu não vou compactuar com essa forma arbitrária e absurda de calar a crise", desafiou.

Embora o governo ainda não tenha definido os assuntos que serão incluídos na pauta de convocação extraordinária, em janeiro, os líderes dos partidos aliados ao presidente Fernando Henrique fizeram um acerto informal sobre os temas que serão discutidos. As emendas das reformas administrativa e previdenciária e a que prorroga o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) encabeçam a lista.

Os líderes do PFL, Inocêncio de Oliveira (PE) e do PMDB (SP) disseram que não aceitam incluir nas discussões a reeleição. Eles acham que isso viria a colocar em risco, ainda mais, a aprovação do relatório da emenda da Previdência.